

Mato, Daniel (coord.) (2018). *Educación superior y pueblos indígenas y afrodescendientes em América Latina: políticas y experiencias de inclusión y colaboración intercultural. (e-book)*. Sáez Peña, Argentina: Universidad Nacional de Tres de Febrero (EDUNTREF). Pp. 492. ISBN 978-987-4151-53-7

Resenhado por Odaír Vedovato
PG. Universidade Estadual de Campinas, Brasil
<https://orcid.org/0000-0002-5363-4512>

O volume organizado por Daniel Mato traz um panorama de políticas e experiências de inclusão e colaboração intercultural vivenciadas por membros de povos indígenas e afrodescendentes em Instituições de Ensino Superior na América Latina. É composto por vinte e cinco textos, na maioria versões expandidas de textos apresentados no 4º. *Coloquio y Taller Internacional “Educación Superior y Pueblos Indígenas en América Latina. Políticas Públicas: posibilidades, obstáculos y desafíos”*, realizado de 4 a 6 de outubro de 2017 em Buenos Aires (Argentina) e organizado pelo *Programa Educación Superior y Pueblos Indígenas y Afrodescendientes en América Latina (Red Esial)*. Como resultado do 4º. *Colóquio*, o Programa Esial publicou dois vídeos, um deles com fragmentos das apresentações e outro com propostas feitas pelo Colóquio que retomam as propostas dos parágrafos c3 e d4 da Declaração Final da *Conferência Regional de Educación Superior (CRES)*, realizada em Cartagena de Indias em junho de 2008 assim como as da *Iniciativa Latino-americana por la Diversidad Cultural y La Interculturalidade con Equidad en Educación Superior*, com base na “Declaración de Panamá sobre la Educación en la Sociedad del Conocimiento, assinada pelos presidentes dos Parlamentos membros do Parlamento Latino Americano, seus parlamentares membros das comissões de Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Comunicação e outros legisladores reunidos na cidade do Panamá em 21 e 22 de Junho de 2012. As propostas ali colocadas estimulavam debates sobre temas importantes para a realização do CRES 2018 para o qual o 4º. Colóquio ficou reconhecido como evento preparatório. Os vinte e cinco textos são distribuídos em nove seções, relativas aos países ou regiões a que se referem: América Latina, Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, México e Nicarágua.

O primeiro e único texto na seção AMÉRICA LATINA é *Educación Superior y Pueblos Indígenas y Afrodescendientes en América Latina. Tendencias, tensiones y desafíos: propuestas para continuar avanzando*, de Daniel Mato. O organizador do volume abre com um texto panorâmico sobre o estado dos principais projetos na América Latina e sugestões de como vencer os desafios que se impõem. Há um reconhecimento do progresso conquistado ao longo dos anos, mas coloca-se também a necessidade de atenuar contradições encontradas tanto em projetos dentro dos países quanto na região como um todo. O autor destaca que em primeiro momento, quando se fala de projetos de educação superior de povos indígenas e afrodescendentes imediatamente pensamos em “inclusão”, porém os projetos vão também revelar “soluções inovadoras para problemas gerais da educação superior, principalmente no que se refere a qualidade, pertinência e relevância” (p.22). Com isso, aumentam as possibilidades de integrar modos de produção, investigação, serviços à população e o fortalecimento das diferenças e práticas culturais criam soluções mais democráticas para os problemas da sociedade. Destaque é dado pelo autor para o processo que permitiu a existência dessas lutas após uma série de reformas constitucionais que aconteceram na região no final do século XX, resultantes das lutas dos povos indígenas e afrodescendentes em cada país latino-americano e também processos de importância internacional, como a Convención Internacional sobre la Eliminación de todas las Formas de Discriminación Racial (1965) e o Convenio 169 de la Organización Internacional del Trabajo sobre os Direitos dos Povos Indígenas e Tribais.

Porém, todo esse progresso, consequência de políticas de inclusão de longo prazo, segundo o autor, entra em conflito com políticas de favorecimento de atividades petrolíferas, de agricultura, mineração e outras que por sua vez entram em conflito com os direitos territoriais desses povos. Além disso, o problema de políticas que limitam o apoio a programas de educação bilíngue que dão espaço a alunos e professores membros dessas comunidades.

Em sete seções, Daniel Mato apresenta um panorama sintético do campo e instituições, perspectivas para a próxima década, aspectos demográficos e normativos, os atores principais em ação, e por fim, os desafios para o futuro. A última seção, intitulada “Postdata”, analisa o tratamento dado ao tema na 3ª. Conferência Regional de Educação Superior realizada na cidade de Córdoba, em junho de 2018 com cujas recomendações, de extrema importância para a formulação de planos de ação a qualquer tempo, o autor fecha o capítulo.

O segundo texto, abrindo a seção ARGENTINA, “*La Experiencia del Centro de Educación Popular e Intercultural. Obstáculos, desafíos y propuestas a casi veinte años de trayectoria*”, de Alejandra Rodríguez de Anca, Maria Cristina Valdez, Jorgelina Villarreal e Ana Alves relata a experiência das autoras com o Centro de Educação Popular e Intercultural (CEPINT), na região de Comahue, na Argentina, especialmente na província de Neuquén, atuando junto ao povo *mapuce* a partir de 1998. Partindo de uma perspectiva colaborativa e intercultural, o trabalho se desenvolveu principalmente no campo educativo, mas também na organização de mapeamentos de situações de processo de resguardo ou recuperação territorial ou para a projeção do *kyme felen / buen vivir* no território.

A representação cultural dos *mapuce* como bárbaros e selvagens, a desarticulação da sociedade *mapuce* e a criação de uma perspectiva de nação branca, denunciam os autores, estão associados à destruição dos meios de produção e circulação do conhecimento *mapuce*,

através de práticas que incluem até mesmo a proibição do *mapuzugun* (idioma originário). Em relação ao sistema educacional, nesse mesmo contexto, perguntam os autores: “...é possível pensar na inclusão ao sistema educacional sem pensar na transformação de suas matrizes monoculturais e coloniais em relação ao conhecimento?” (p.82).

Como práticas para o futuro, os autores defendem que a continuidade depende de uma dupla articulação do trabalho intercultural, com a formação de equipes de trabalho interculturais a articulação de redes de trabalho com organizações e instituições tanto *mapuce* quanto de outras filiações e destacam a necessidade óbvia de financiamento que permita que as instituições indígenas possam desenvolver de forma autônoma seus processos de fortalecimento de produção de conhecimento e formação.

O texto seguinte, ainda na seção ARGENTINA é *Pueblos Indígenas y Educación Superior en el marco de las políticas de extensión /transferencia del Instituto de Ciencias Antropológicas de la Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires*, de Gloria Mancinelli. Em seu texto, a autora analisa as diferentes participações dos povos indígenas nos projetos de extensão universitária das últimas décadas, desde o Instituto de Ciências Antropológicas da Universidade de Buenos Aires (ICA) até as várias propostas de investigação e extensão que se formaram na área de educação com agentes e coletivos indígenas. A trajetória da ICA é vista como entrelaçada com a trajetória da Antropologia no país pela autora e o artigo se orienta por um trabalho do antropólogo argentino Hugo Ratier de 1986 reeditado em 2010. A autora segue a cronologia proposta pelo antropólogo, começando pelo fim do século XIX em Extensão Universitária (EU), quando a antropologia argentina começa a manifestar-se, elitista e voltada para o ajuste da ciência Argentina ao mundo capitalista, só vindo se consolidar realmente muitas décadas depois. Em 1958 criam-se licenciaturas em Antropologia com um enfoque mais naturalista na Universidad Nacional de la Plata, província de Buenos Aires, em Buenos Aires, a partir de um curso de História e no mesmo ano, o ICA. Somente após a volta da democracia em 1983, a antropologia argentina começa a realizar experimentos de extensão universitária com as comunidades indígenas.

A importância da EU está nas estratégias de construção de conhecimento e transformação da sociedade e também como ferramenta de criação de espaços para o acompanhamento da formação dos profissionais que lidam diretamente com a sociedade e seus problemas.

A seção BOLÍVIA trata de questões de gênero em dois textos, o primeiro de Jaime Zambrana Vargas e o segundo de Libertad Pinto Rodríguez. Vargas conta sua experiência na Unibol Quechua “Casimiro Huanca” uma das três universidades indígenas criadas pelo decreto 29664 do governo Evo Morales em 2008 e como isso influenciou as relações de gênero nos processos de ensino e aprendizado. Produz-se e sociabiliza-se o conhecimento Quechua. O conceito de comunidade fortalece o desenvolvimento das interações com a natureza e com os processos de trabalho, com círculos de trabalho familiar a partir de vínculos de consanguinidade e também entre famílias e entre comunidades e pelo aproveitamento coletivo e comum dos bens, realização de rituais tradicionais e manifestação artística Quechua. A cosmovisão Quechua, sua relação com a natureza e o mundo espiritual se tornam pilares para a integração dessa cosmovisão com as atividades pedagógicas. A convivência dentro da Universidade Indígena permite que as mulheres

coloquem em evidência as situações de assimetria e inequidade já por elas conhecidas, mas agora colocadas em evidência durante os processos produtivos e convivência comunitária.

Libertad Pinto Rodríguez narra sua experiência no Mestrado em Sociolinguística (MASO), oferecido pelo Programa de Formação em Educação Intercultural Bilingue para os Países Andinos, PROEIB Andes, na Universidad Mayor de San Simón (UMSS), em Cochabamba, dedicada a indígenas profissionais e outros profissionais que trabalhassem com povos originários. A autora apresenta as “tensões de gênero” às quais seu título se refere como os diferentes papéis que os diferentes atores sociais assumem em um determinado contexto e assim, a perspectiva de gênero dos povos originários está ligada a sua realidade cultural e deve ser respeitada quando é imersa em contextos estrangeiros. Assim como em outras experiências descritas no volume, a noção de comunidade de aprendizado é a base para a discussão sobre gênero. Dessa vez, as discussões levam em conta o que os participantes do programa reconhecem em seus papéis sociais como Quechua e o que já está ausente, principalmente entre os jovens.

A seção BRASIL começa com o texto de Antonio Hilario Aguilera Urquiza e Carina Elizabeth Maciel de Almeida, *Povos Indígenas e a Colaboração Intercultural. Possibilidades, Obstáculos e Desafios na Universidade federal do Mato Grosso do Sul*. Os autores descrevem o panorama da educação superior no estado, refletindo sobre o aumento do número de participantes dos cursos ao longo dos últimos anos, e a influência de programas de incentivo à entrada e permanência dos estudantes nas universidades do estado. A políticas de ação afirmativa para indígenas (como o Programa Rede de Saberes) e o trabalho em conjunto com as comunidades indígenas locais (como o que aconteceu na Universidade Federal da Grande Dourados desde sua criação) vão suprimindo a demanda indígena por educação superior. A questão mais relevante colocada pelos autores é a da importância das universidades na formação desses indígenas que serão em seguida, líderes intelectuais de seus povos. A partir de 2003 mais força nas ações públicas de inclusão começa a aparecer e em 2005 políticas de acolhimento para os estudantes começam a tomar forma com o Programa Rede de Saberes. A Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS) já tem política de cotas para índios e negros a partir de 2003, porém ainda não tem uma política de permanência, levando apenas 20% dos alunos a terminar seus cursos, especialmente por dificuldades financeiras ou por terem problemas com os professores, não preparados para trabalhar as especificidades culturais indígenas. O início desse processo é dificultado ainda pela dificuldade da universidade em acolher esses indivíduos que chegam já marcados por preconceito acerca de sua capacidade intelectual, sua língua, seus hábitos culturais. Além disso, o programa acontece em cada uma das universidades do estado com suas próprias características e presença diferente de estudantes, tentando atender, quando possível, as necessidades individuais que surgiam e até o desafio emocional de estarem longe da aldeia e dos parentes. A partir de 2013 a Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS) adere ao Programa Bolsa Permanência do MEC visando minimizar a vulnerabilidade socioeconômica dos alunos ingressantes. Nesse programa, os alunos indígenas e quilombolas em situação de vulnerabilidade econômica recebem auxílio financeiro do governo federal de valor equivalente ao praticado na política federal de bolsas de iniciação científica. Apesar de toda dificuldade de integração dos jovens indígenas ao mundo acadêmico nacional e toda sua tradição hierarquizante e de cultura eurocêntrica, os

jovens líderes indígenas têm permanecido nas universidades, em número cada vez maior e têm adquirido novas ferramentas para resignificação de seus povos.

O texto *Entre o racismo e o sexismo: Mulheres afrodescendentes e as ações afirmativas em uma instituição de ensino superior de Santa Catarina*, Brasil, das autoras Graziela dos Santos Lima, Cristiane Mare da Silva, Franciele Carneiro Garcês da Silva, Ana Júlia Pacheco e Carol Carvalho, é o resultado de uma pesquisa realizada no âmbito do projeto Espaço de Referência sobre Ações Afirmativas (ERAA) vinculado ao Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade do Estado de Santa Catarina (NEAB-Udesc). O texto apresenta inicialmente um panorama da luta das mulheres negras no Brasil, em seguida são apresentados os dados do estudo realizado e finalmente, a partir dos resultados do estudo, apontar futuros modos de ação. Um questionário virtual foi realizado e respondido por 21 mulheres sobre idade, estado civil, números de filhos, uso de benefícios de ações afirmativas, e se já sofreram discriminação racial. Os relatos das participantes, principalmente em suas respostas à pergunta sobre suas experiências com discriminação racial, ajudam a tornar suas narrativas menos abstratas e dar motivação a uma agenda de discussões que inspirem os gestores ao difícil exercício da escuta.

O texto de Ivani Ferreira da Silva, *Por uma Educação Indígena Superior: a experiência do Curso de Licenciatura Indígena. Políticas Educacionais e Desenvolvimento Sustentável da Universidade Federal do Amazonas (UFAM)* conta a trajetória desse curso, que teve início em novembro de 2009. Segundo a própria autora, o curso é bilíngue, regular, com ingresso bianual e à época da produção do artigo, contava com 380 estudantes matriculados, sendo 2 turmas tukano, 2 turmas baniwa / kuripako, 2 turmas nheengatu – São Gabriel da Cachoeira, 1 nheengatu – Santa Isabel do Rio Negro, 1 yanomami e 1 sateré-mawé. Em 2009 houve 695 indígenas inscritos, em 2013 foram 1413 candidatos, e em 2015, 1507 candidatos concorreram a 120 vagas. O curso usa a metodologia de Aprendizagem pela Pesquisa (APP), com um currículo aberto, flexível, diferente do currículo fechado, reproduzível, mas opaco aos contextos de aprendizado. A APP se define pelos interesses do grupo, formulando as pesquisas a partir de questões elaboradas naqueles contextos. As línguas de cada povo são colocadas em uma situação de trabalho e desempenham função de ferramenta de criação e devem ser usadas nos mais diferentes contextos. A língua de trabalho também é ferramenta de produção literária escrita, nos Boletins Informativos, Coleções de Contos e Histórias Indígenas e Cadernos de pesquisa. Destaco um trecho representativo:

Ao perguntarmos à turma baniwa/koripako quais as características do curso que se parecem com suas formas próprias de aprendizagem e de organização social e política, a resposta foi: na metodologia de aprendizagem pela pesquisa, aprender fazendo; na organização do plano de trabalho e nas metodologias utilizadas; na realização das pesquisas em grupo de forma coletiva; nas discussões em sala de aula coletivamente, na produção de materiais e no resultado das pesquisas e no resultado coletivo na produção do conhecimento que não é individual ou pessoal, mas para as suas comunidades e povo, diferentemente de um curso convencional onde o resultado é pessoal. p. 196)

Etnossaberes: princípios e proposições, de José Guilherme dos Santos Fernandes, analisa sua experiência participativa na instalação, pela Universidade Federal do Pará do Curso de Licenciatura Intercultural, em fase de apreciação de Projeto Político Pedagógico

pelos colegiados superiores da universidade e com provável instalação em 2019. O autor apresenta a urgência da proposta em combate à deficiência histórica de integração entre os grupos “antagônicos e assimétricos” que constituem o povo brasileiro. O autor destaca de início, a contradição entre dois artigos da própria Constituição, o art.13 em que se afirma que “a Língua Portuguesa é o idioma oficial da República Federativa do Brasil” e o art. 210, parágrafo 2 que “assegura às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem” como símbolo da contradição que se evidenciará em todo processo de regulamentação intercultural no país, entendendo o autor por interculturalidade como “muito além de relações de grupos culturais em contato do que a guetoização destes” (p. 206). As bases da proposta pedagógica constroem-se em quatro princípios: Ciclos bioantropológicos e temporalidades; Educação dos sentidos; Pesquisa-ação colaborativa e Integração de Saberes e Ciência. A formação acontece em quatro anos, divididos em: observação e percepção; problematização e epistemologias; interação e vivências; e proposições e colaboração intercultural. Amplia-se o conhecimento compartilhando saberes.

Antes de iniciar efetivamente seu texto *As políticas de ações afirmativas no Brasil: balanços e desafios*, Paulino de Jesus F. Cardoso discute os interesses por trás do desmonte das políticas sociais que fortaleceram o Brasil entre 2003 e 2015, orquestradas pelo que ele chama de “classe média branca brasileira: servil, racista e vira-lata” (p.220). A excelente exposição sobre o cenário político nacional e internacional nas páginas 221 e 222 dão força especial ao texto e à sua posterior exposição sobre os desafios das ações afirmativas no país desse momento em diante. Em seguida o autor descreve a experiência de implementação de políticas de ação afirmativa na Universidade do Estado de Santa Catarina, Udesc. Em 2009, o Conselho Universitário (CONSUNI), órgão superior da universidade, institui o programa de ações afirmativas e a partir disso criaram-se programas de permanência com foco em questões socioeconômicas e também de combate ao racismo institucional para combater a dificuldade de professores e alunos, de maioria branca para lidar com a nova população nas instituições.

Novos tempos: os avanços na implementação de ações afirmativas na Universidade Federal de Pelotas e o enfrentamento dos desafios, de Rosemar Gomes Lemos; Beatriz Helena Mendes da Silva e Tassiele Viebrantz Cassuriaga, relata os avanços nas políticas públicas e ações afirmativas na Universidade Federal de Pelotas em 2017, especialmente com a criação de pró-reitorias, investimento em comissões para verificação das declarações de etnia para o cumprimento das Leis Federais 12.990/2014 e 13.409/2016 e criação da Coordenadoria de Inclusão e Diversidade (CID). Além de questões como o desligamento de estudantes por fraudes no sistema de acesso a cotas raciais, os próprios processos seletivos para quilombolas e indígenas e programas para sua permanência devem ser aprimorados. Em 2017 estabelece-se a Comissão de Controle do Componente Étnico-Racial que tem por objetivo garantir que as vagas sejam de seus sujeitos de direito.

Um ponto de destaque é o uso das mídias sociais para engajamento dos diferentes departamentos da universidade ligados por essa rede de ações afirmativas com os estudantes. Destaque para o seguinte trecho:

No que se refere à implementação de projetos de pesquisa, pode-se citar: “O impacto das mídias na implementação de Ações Afirmativas na UFPEL: 2017 a 2019.”Este tem por objetivo geral

definir uma metodologia analítica no processo de alimentação e acesso as informações a serem disponibilizadas no espaço midiático a partir das postagens de personagens envolvidos com o Nuaad-UFPEL, de forma a aprimorar as ações afirmativas. Especificamente, tem buscado aferir as políticas de ações afirmativas nas universidades brasileiras e seus efeitos a partir da revisão bibliográfica obtida mediante consultas feitas em repositórios virtuais de trabalhos científicos, jornais e revistas impressas e digitais; tabular, a partir dos temas abordados, as postagens no site da UFPEL e a fan page do Nuaad no Facebook, publicada a contar de fevereiro de 2017; organizar as postagens no que se refere ao número de acessos, suas origens e interlocuções, analisar os dados de interlocuções segundo Bardin; propor ações de consolidação das ações afirmativas segundo as necessidades verificadas nos conteúdos analisados; propor ferramentas que possibilitem o feedback ao Nuaad, além de aperfeiçoar o método adotado. (p. 245)

Susana Riquelme Parra apresenta a trajetória da mulher estudante indígena no CHILE em seu texto *Mujer estudiante indígena de la Facultad de Ingeniería de la Universidad Del Bío-Bío. Análisis de los estancamientos, avances y desafíos em las políticas de éxito académico em carreras culturalmente hegemónicas*. A certa altura do texto, a autora pergunta: “A questão do debate permanente se relaciona com a perspectiva de gênero desde o mundo indígena. Existe uma lógica patriarcal nas culturas não ocidentais?” (p. 264). Coloca-se então, em destaque, por um lado, os problemas da mulher *mapuche* que compartilha parte das lutas das mulheres não indígenas, mas cuja origem indígena a faz acumular outros sofrimentos e outras lutas. De outro lado, a autora relaciona o problema da mulher estudante de engenharia, tradicionalmente visto como área de estudos duros, quadrados, respostas exatas e lógicas que não seriam aptidões femininas. Será que as ações de apoio aos estudantes de acesso, permanência e titulação tradicionais são eficientes para mulheres indígenas em carreiras tradicionalmente masculinas, como as engenharias? Em termos gerais, fica claro que as estratégias, por serem universais, não dão conta grupos tão específicos.

O texto *Tejiendo la Educación Superior Indígena e Intercultural en Colombia: Programa de Admisión Especial PAES, Universidad Nacional de Colombia* é de Oscar David Montero De La Rosa e é o primeiro texto da seção COLÔMBIA. O autor fala do Programa de Admisión Especial (PAES) da Universidade Nacional da Colômbia desde seu início, em 1986, e até o momento se destacando como um dos únicos programas efetivos de apoio aos indígenas durante a experiência no ensino superior da Colômbia. O autor é nativo do povo *Kankuamo* e discute a importância dos programas que já existem e chama por maior atenção a políticas de reconhecimento da diversidade e transmissão de saberes plurais, principalmente para os povos indígenas.

Félix Suárez Reyes conta, em suas próprias palavras, “os aspectos fundamentais do nascimento, evolução, desenvolvimentos, dificuldades, acertos, transformações e desafios da Universidad del Pacífico, localizada no pacífico Colombiano” em seu texto *La Universidad del Pacífico: Retos, transformaciones y desafíos*. O autor analisa períodos de progresso e de dificuldades vivenciados pela instituição, desde sua criação, em 1988 até o ano de 2017. Há dados sobre o perfil dos alunos, funcionários e convênios, gráficos de resultados e números de artigos publicados, salários, patentes, obras artísticas, publicações e outros. Em 25 de maio de 2015 o Ministério da Educação da Colômbia ordenou medidas preventivas para a Universidade do Pacífico. O documento apresentado continha ações de melhoramento a serem seguidas pela universidade. Reyes analisa, ao fim de seu texto as medidas realizadas pela instituição e os resultados conquistados.

Francisca Castro Cuenú fala sobre la *Escuela de Identidad Cultural “Sé Quién Soy”*, organização cultural que nasce a partir da *Fundación Social y Cultural para el bien estar del pueblo afrodescendiente y la defesa de la vida* (Fundavid), iniciada em 2004 com a iniciativa de homens e mulheres colombianas da região do Charco que deram início a um processo comunitário de formação, recuperação e fortalecimento dos costumes tradicionais da região do rio Tapage, com o objetivo de recuperar a memória história e os conhecimentos das populações afrodescendentes do pacífico colombiano que se encontravam em situação de vulnerabilidade.

Ao relatar as dificuldades de integração entre a comunidade e a sociedade urbana, a autora relata as diferenças em relação a cultura tradicional no seguinte diálogo:

la mujer de la comunidad llega:

—*Médico, aquí le traigo a mi hijo, viene con diarrea y viene con fiebre*— y el médico le dice:

—*Ya te formulo, dale esta medicina y este suero y te vas para la casa.*

Pero en el camino se encuentra con la comadre Madalena y ella le dice:

—*Comadre, y usted se llevó ese muchacho pa' donde el médico, ¡Ay! Comadre, esa droga le va a matar a su hijo. Comadre porque ese muchacho lo que tiene es ojo y usted sabe que si tiene ojo es prohibido darle medicamento.*

—*¡Ay! Comadre, entonces yo boto esta fórmula médica, comadre.* (p. 324)

O último texto da seção Colômbia é de José Antonio Caicedo Ortiz, e trata do processo de implementação da *Cátedra Afrocolombiana “Rogerio Velásquez”* que, segundo o autor, desde 2014 é uma ação intercultural e de formação sócio-humanística que tem por objetivo estabelecer-se como uma iniciativa educativa contra o racismo e a invisibilidade da cultura negra no país.

A seção EQUADOR conta com o texto de Alexandra Paulina Quisaguano Mora, *Politicación de la Educación Superior en Ecuador: mujeres indígenas y acceso*. A autora trata da falta de oportunidades para a mulher indígena após chegarem à universidade. Sua demonstração de dados estatísticos relaciona a desigualdade e a falta de acesso e permanência à universidade e, por consequência, acesso às redes de trabalho.

A seção México começa com o texto *Políticas públicas y Educación Superior para a población indígena y afrodescendiente em México*, de José Manuel del Val e Carolina Sanches, em que os autores discutem políticas de educação superior interculturais no México direcionadas para as populações indígena e afrodescendente, desde a criação, em 1978, da Dirección General de la Educación Indígena (DGEI) organismo normativo do sistema educativo bilíngue e cultural, passando pela criação, em 2001, da Coordinación General de Educación Intercultural Bilingüe (CGEIB). O autor destaca as instituições de ensino superior que nascem com a iniciativas de organizações comunitárias e movimentos sociais. Foram criadas três escolas interculturais bilíngues: Jacinto Canek em Chiapas, Escuela Normal Indígena em Michoacán, e Escuela Normal e Intercultural em Oaxaca, além da Universidad de la Tierra e outras instituições e projetos realizados ali para que se pudesse sensibilizar a sociedade a respeito da diversidade cultural e da necessidade de respeito pelos saberes tradicionais.

Angélica Rojas e Alma Soto relatam sua experiência no *Centro de Investigaciones y Estudios Superiores em Antropología Social (CIESAS) en el acceso a Educación Superior de Estudiantes indígenas*. Entre os dados mais importantes estão os apresentados na página 380, acerca da desigualdade associada à etnicidade em relação ao acesso ao sistema educativo. Outra questão de grande valor levantada pelas autoras é a da própria definição de índio, decisiva para a possibilidade de o jovem ter acesso a programas de educação diferenciados.

David Navarrete G. e Ma. Antonieta Gallart N. discutem a realidade da mulher indígena na pós-graduação em seu texto *¿Mujeres indígenas con posgrado? Hallazgos y aprendizajes de quince años de trabajo en el Centro de Investigaciones y Estudios Superiores em Antropología Social – CIESAS (2001-2016)*. Entre os dados apresentados, os autores trazem o testemunho de uma ex-bolsista do programa, Érika Hernandez, que descreve sua experiência como mulher indígena pós-graduada no mercado de trabalho.

O texto seguinte, ainda na seção MÉXICO, é de autoria de Bertha Maribel Pech Polanco, *La Educación como estrategia para la autonomía y el empoderamiento de las mujeres: una visión desde adentro*. Nesse trabalho, a autora relata sua experiência como ex-bolsista do Programa Internacional de Becas de Posgrado em seus desafios e experiências, e como isso tem importância como instrumento de empoderamento, especialmente como mulher de origem indígena. Questões como o sistema familiar patriarcado, casamento ainda jovem, o trabalho doméstico, as limitações econômicas e distâncias dos postos escolares, influenciam tanto no ingresso quanto na permanência e conclusão da experiência educacional feminina. De acordo com o censo de 2010, realizado pelo Instituto Nacional de Geografia e Estatística (INEGI), só 5,4% das mulheres indígenas já havia realizado estudos universitários. Um momento interessantíssimo do texto se dá quando a autora divide a luta pelo empoderamento feminino em cinco partes: suas limitações no âmbito cognitivo, na ideia de que as mulheres só precisam aprender as tarefas domésticas; a segunda, a luta contra a pobreza limitante; a terceira, na obrigação de cuidar de filhos ou enfermos, que pode fazê-las abandonar os estudos; o processo de exclusão promovido pelo ambiente acadêmico pela própria natureza hermética de seu trânsito de conhecimentos; e a quinta, a luta feminina, a quase impossibilidade de mudar as relações e condições de trabalho no mundo real.

O penúltimo texto da seção MÉXICO, de Flor Marina Bermúdez Urbina e Martín de la Cruz López-Moya, cujo título *Agenciamento social y la diversidad entre juventudes indígenas en Chiapas, México. Emprendimientos culturales universitarios desde los pueblos originarios* traz um panorama dos projetos junto à juventude indígena do estado de Chiapas, sul do México e como esses jovens, através de práticas artísticas, criam suas próprias narrativas, valorizam sua língua materna e dialogam com suas comunidades imediatas. Em um segundo momento, o texto traz informações sobre iniciativas adotadas nas universidades para dar atenção a esses estudantes, especialmente a Universidad de Ciencias y Artes de Chiapas (UNICACH). E por fim, analisa-se as experiências culturais protagonizadas por jovens falantes da língua *zoque* dos municípios do nordeste estado de Chiapas.

Ana Griselda López Salvador termina a seção MÉXICO com seu texto *Ser mujer hnänu universitaria: una experiencia desde el SBEI-PUIC-UNAM*. O texto analisa a política desenvolvida pelo programa Sistema de Becas para Estudiantes Indígenas (SBEI) do

VEDOVATO – EDUCAÇÃO SUPERIOR Y PUEBLOS INDÍGENAS...

Programa Universitario de Estudios de la Diversidad Cultural y la Interculturalidad (PUIC) da Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM). A autora relata sua experiência com o programa:

Ingresé al Sistema de Becas para Estudiantes Indígenas y Afrodescendientes en el año 2013. Desde mi admisión al programa sentí la calidez de estar en familia; el tutor que me asignaron me hizo sentir como en casa todo el tiempo. Formar parte de esta experiencia me ha permitido conocer y compartir gran experiencia con jóvenes que vienen de distintos pueblos y he podido mirar cómo ha sido mi proceso ingresar a la universidad. (p. 450)

Descendente indígena, a autora narra as dificuldades vividas para chegar ao ensino superior e nele permanecer, desde a adaptação à vida fora de sua comunidade até sua entrada no sistema de bolsas do programa e como essa vivência a ajudou a unir sua experiência comunitária à vivência acadêmica.

O último texto do volume é único da seção Nicarágua é *Respuestas de las Instituciones de Educación Superior a contextos multiétnicos. La experiencia de la Bluefields Indian & Caribbean University* (BICU), de Francisco Sequeira Rankin. Com o objetivo de ampliar as oportunidades de educação para os jovens da Costa do Caribe, a BICU inicia um programa de bolsas voltado às comunidades rurais baseado em quatro princípios: excelência acadêmica, habilidades esportivas, habilidades artísticas e culturais, e limitações econômicas. Entre 2009 e 2016, segundo o autor, 6.636 jovens receberam bolsas.

O parágrafo último do texto serve como conclusão do volume como um todo: a necessidade de uma abordagem intercultural onde o diálogo entre os saberes e epistemologias indígenas e afrodescendentes esteja presente em todas as instituições de ensino superior, para que o trajeto de inserção, permanência e conclusão do ensino superior do jovem indígena, afrodescendente, de qualquer sexo, mas principalmente as mulheres, possa levá-los a uma experiência completa, que termine em sua inserção no mercado de trabalho em condições que permitam que ele se realize como profissional e ser humano, contribuindo para a comunidade de onde vem e para a nação da qual faz parte, dotado dos conhecimentos que adquire na realidade acadêmica e oferecendo aqueles conhecimentos que traz de sua cultura.

Recebido: 17/2/2018

Versão revista e corrigida: 25/3/2019

Aceito: 26/3/2019.